

O peso da carne na reforma tributária

Relatório da Câmara deixa fora da cesta básica a proteína animal, defendida por Lula. Parecer ainda será debatido, e setor de alimentos espera modificações. Carros elétricos e jogos de azar entram na lista do "imposto do pecado", mas armas, não

» ANDREA MALCHER
» ALINE BRITO

Parecer repaginado

Principais mudanças sugeridas pelo grupo de trabalho da reforma tributária

- Cesta básica**
A cesta que terá isenção tributária permanece com 15 produtos, mas foi acrescentado óleo de babaçu com o óleo de soja.
- Imposto Seletivo**
Foram incluídos os jogos de azar de qualquer espécie (concursos de prognósticos e fantasy games). No caso dos carros, foi retirada a possibilidade de alíquota zero para veículos que emitam pouco dióxido de carbono. Mas, as alíquotas ainda serão definidas por critérios de sustentabilidade.
- Nanopreempredores**
Os pequenos produtores independentes que faturam até R\$ 40,5 mil por ano não serão contribuintes do IBS e da CBS.
- Medicamentos**
Existem listas de medicamentos isentos e com redução de 60% na alíquota. Isso também vale para dispositivos médicos e de acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PCD). O prazo para a revisão desses itens caiu de um ano para quatro meses.
- Saúde menstrual**
Os produtos de higiene menstrual estavam com redução de 60% das alíquotas e passou para alíquota zero.
- Carros para PCD**
O valor do carro com redução de tributação passa de R\$ 120 mil para R\$ 150 mil, sem considerar custos de adaptação.
- Split payment**
Para garantir que as empresas sejam creditadas do imposto pago pelos fornecedores, o creditamento deverá ser automático, no momento do pagamento. Mas, o projeto prevê um crédito presumido quando isso não for possível.
- Créditos acumulados**
Nos casos em que o crédito da empresa não seja compensado imediatamente, o prazo para resarcimento foi reduzido de 60 dias para 30 dias.

Fonte: Câmara dos Deputados



Lopes (D): "A gente ia constitucionalizar o imposto seletivo nas armas, mas nós (governo) perdemos"

Os produtos

Os 15 itens da cesta básica são: arroz, leite e fórmulas infantis, manteiga, margarina, feijões, raízes e tubérculos, coco, café, óleo de soja, farinha de mandioca, farinha e sêmolas de milho, farinha de trigo, açúcar, massas e pão.

entretanto, não descartou que ainda ocorra a inclusão. "Acreditamos que isso cabe ao colégio de líderes e às lideranças partidárias, que poderão apresentar emendas e submeter ao plenário", completou.

Atualmente, a alíquota do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) incidente nas armas de fogo é de 55%, já as munições, em 25%. Com a reforma, esses produtos serão

taxados de acordo com a alíquota geral de 26,5%.

"A arma vai ter uma redução do imposto. Todos os produtos vão ter, para não ficar parecendo que a gente está baixando a tributação de armas. Geladeira vai ter", exemplificou o deputado Cláudio Cajado (PP-BA).

Enquanto lida as armas, o relatório incluiu no IBS os carros elétricos e os jogos de azar. "Entendemos que os jogos de azar são prejudiciais à saúde. Então, eles teriam que entrar na lista de produtos a serem tributados pelo Imposto Seletivo", declarou Hill do Rocha (MDB-MA). "Assim como também incluímos os carros elétricos, o que não veio de lá do governo. Entendemos que o carro elétrico, do berço ao túmulo, também polui. Principalmente no túmulo".

No parecer, os deputados criaram uma figura que não existe

hoje e não estava prevista no texto do governo: o nanopreempredor, que tem receita anual de até R\$ 40,5 mil e deve ser isento dos novos impostos criados pela reforma. A nova categoria tem metade da receita que caracteriza o micropreempredor individual (MEI), de R\$ 81 mil por ano. A mudança deve atingir trabalhadores informais, como motoristas de aplicativo, que são obrigados a ter CNPJ.

Viagra

O grupo também alterou a lista de medicamentos e produtos de saúde sujeitos a regras diferenciadas de tributação. Pelo relatório, não há mais imposto zero sobre o citrato de sildenafil, mais conhecido como Viagra. O substitutivo contém uma lista de 850 medicamentos que teriam imposto reduzido, com a taxa

Saiba mais

Substituição de cinco tributos

Esse primeiro relatório sobre a regulamentação da reforma tributária trata da implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, de estados e municípios), em substituição a cinco tributos que recebem hoje sobre o consumo de bens e serviços (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS). O objetivo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é concluir a votação antes do início do recesso parlamentar, que começa no próximo dia 18.

Tensão com loterias

» RAFAELA GONÇALVES

Entre as mudanças apresentadas no relatório do grupo de trabalho da regulamentação da reforma tributária da Câmara, especialistas avaliam que os produtos e serviços incluídos na lista que pagará Imposto Seletivo (IS), apelidado de "imposto do pecado", devem ser alvo de um dos maiores impasses na tramitação do texto.

Com o objetivo de inibir o consumo, a tributação adicional será destinada a bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. A nova versão do texto incluiu na lista do imposto os jogos de azar de qualquer espécie (concursos de prognósticos e fantasy games). Além disso, foi retirada a possibilidade de imposto zero para veículos que emitam pouco dióxido de carbono.

Para Danielle Caldeirão, especialista em Direito Tributário do Miguel Neto Advogados, a inclusão dos jogos de azar no rol é arriscada, tendo em vista a relevância desse mercado no Brasil. "Poderia haver discussões no sentido de se questionar a existência de estudos que demonstrem que essa atividade pode ser considerada como prejudicial à saúde", afirmou.

A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJ) manifestou preocupação com o novo imposto e disse esperar o "bom senso dos parlamentares". De acordo com a entidade, "a medida pode tornar ineficaz todo o processo de regulamentação do setor, uma vez que tende a incentivar o mercado ilegal". O mesmo argumento foi usado para derrubar a cobrança pré-estipulada quando os congressistas ainda discutiam a liberação dos jogos.

Proteínas

Outra questão que ainda está longe de uma resolução é a cesta básica de alimentos. A carne já contava com a alíquota reduzida de 60% sobre o imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência de estados e municípios, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal.

Existia a possibilidade de o grupo de trabalho incluir o produto na cesta básica nacional isenta dos dois impostos. A alteração não foi realizada, porém é possível que seja incluída em plenário. A Associação Brasileira de Supermercados (Abas) avalia que o relatório representa um avanço nas discussões, mas ainda serão necessários ajustes antes da votação do texto pelo plenário da Câmara.

A entidade considera fundamental a inclusão das proteínas na cesta básica. "O acesso a carnes pela população mais pobre foi objeto de campanha do presidente Lula Inácio da Silva, que já manifestou seu desejo de inclusão das proteínas na cesta básica. Parlamentares do grupo de trabalho também já declararam seu apoio à proposta", destacou a Abas em nota.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2